

A PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO NA CONSTRUÇÃO DO PODER POPULAR

THE PEDAGOGY OF SELF-MANAGEMENT IN THE CONSTRUCTION OF PEOPLE'S POWER

Carolina Valéria de Moura Leão¹ - UFF

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender o potencial político pedagógico da Pedagogia da Autogestão (PA) na construção do Poder Popular. Para tal, realizamos uma pesquisa empírica, tendo como foco a experiência do Movimento de Comunidades Populares (MCP), organizado em 14 estados do Brasil. Em termos metodológicos, consideramos como principais procedimentos: i) a consulta à bibliografia produzida pelo MCP durante os cerca de 40 anos de atividade do movimento; ii) tese de doutorado sobre o MCP (2016); iii) a realização de sessões de diálogos, organizadas pelas lideranças comunitárias e a pesquisadora, nas Comunidades Populares de São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana (Bahia) e Chico Mendes (Rio de Janeiro). A pesquisa revela que a PA, enquanto prática político pedagógica recorrente de um movimento social, influencia a formação de comunidades populares a partir da emergência de novos padrões cognitivos de poder-saber.

Palavras-chave: Pedagogia da autogestão; Poder popular; Outras pedagogias

ABSTRACT

This article aims to understand the political pedagogical potential of Pedagogy of Self-Management (PSM) in the construction of Popular Power. For this, we conducted an empirical research, focusing on the experience of the Movement of Popular Communities, organized in 14 Brazilian states. In methodological terms, we consider as main procedures: i) the consultation of the bibliography produced by the Movement during the approximately 40 years of its activity; ii) PhD thesis on the Movement (2016); (iii) the holding of dialogue sessions, organized by community leaders and the researcher, in the Popular Communities of São Lourenço da Mata (Pernambuco), Feira de Santana (Bahia) and Chico Mendes (Rio de Janeiro). The research reveals that PSM, as a recurrent pedagogical political practice of a social movement, influences the formation of popular communities from the emergence of new cognitive patterns of power-knowledge.

key words: Pedagogy of self-management; Popular power; Other pedagogies

DOI: 10.21920/recei72018412551567
<http://dx.doi.org/10.21920/recei72018412551567>

¹ Pesquisadora no SOCIUS/CSG/ISEG-Universidade de Lisboa e no LEMTO/Instituto de Geociências-Universidade Federal Fluminense. E-mail: carolinaleao5@gmail.com / ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7831-2683>.

INTRODUÇÃO

O campo das Outras Pedagogias tem permitido aglutinar diferentes práticas pedagógicas que estimulam novos modos de conhecer e de produzir conhecimentos, a partir de realidades tão diversas como as que estão no cotidiano dos coletivos de trabalhadores/as, experiências comunitárias, movimentos sociais e, ainda, em determinados contextos escolares e acadêmicos.

Ao confrontarem a concepção de educação assente na racionalidade instrumental capitalista, enraizada nas nossas sociedades através de projetos pedagógicos que apresentam tendências comuns – formação técnica, durante um período de tempo, para fornecer mão de obra qualificada para um certo tipo de mercado de trabalho, competitivo, sempre em disputa – estas outras racionalidades pedagógicas colocam em evidência outros sujeitos políticos de poderes e saberes.

Desta forma, a Pedagogia da Autogestão (PA) vem somar ao campo das Outras Pedagogias a sua proposta transformadora, que tem como expressão central a autogestão pedagógica por parte destes sujeitos políticos, nos seus espaços de trabalho, educação e convivência.

Este artigo é oriundo do projeto de pesquisa de Pós Doutorado da pesquisadora, intitulado *Territórios de Resistência da Pedagogia da Autogestão*². Neste sentido, é importante citar a realização de um estudo anterior sobre a Pedagogia da Autogestão, a partir do qual foram caracterizados os seus elementos epistemológicos e pedagógicos, com base nas experiências dos coletivos de trabalho associado autogestionário (LEÃO, 2014).

Nesta pesquisa, o trabalho está vocacionado para um contexto de movimentos sociais, em que procuramos descobrir de que maneira as conexões existentes entre a Pedagogia da Autogestão e as práticas de Outras Economias contribuem para a reconfiguração de novas espacialidades, em espaços onde o social se refaz e recria novos fazeres políticos. Especificamente, à luz das interconexões existentes entre a Pedagogia da Autogestão e as Outras Economias, buscamos aprofundar quais elementos e interações destas conexões estão implicados sobre as dinâmicas espaciais, as quais proporcionam, em meio a distintas espacialidades, a reconfiguração de práticas e experiências econômicas e políticas no processo cotidiano de reprodução da vida.

Este artigo, enquanto parte do processo de pesquisa, tem como objetivo geral compreender o potencial político pedagógico da PA na construção do Poder Popular, a partir da experiência do Movimento de Comunidades Populares (MCP), organizado em 14 estados do Brasil. Para tal, procuramos entender como os sujeitos envolvidos constroem a PA propondo, ainda, a imersão na categoria *Poder Popular*, que aparece como nuclear no exercício desta pedagogia.

De forma a concretizar tais objetivos, elaboramos três perguntas geradoras para construir a trajetória desta investigação: i) como a PA se expressa como prática político pedagógica no contexto desta experiência? ii) O que os sujeitos desta experiência compreendem por poder popular? iii) Como se dá a relação entre a PA e a construção do poder popular?

As informações emergentes do processo de pesquisa assentam nas seguintes bases metodológicas: i) consulta à bibliografia produzida pelo MCP durante os cerca de 40 anos de atividade do movimento, nas suas diferentes fases; ii) tese de doutorado, cuja pesquisa empírica

² O presente trabalho de pesquisa foi realizado com o apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil. A 1ª versão deste artigo foi apresentada no V SECAMPO, UFPB, em 2016, dando origem ao trabalho atual.

teve como foco o MCP (2016); iii) realização de sessões de diálogos, organizadas pelas lideranças comunitárias em conjunto com a pesquisadora, em 3 Comunidades Populares, entre 31 de maio e 17 de novembro de 2016, das quais destacamos:

a) 2 sessões coletivas, que reuniram coordenadoras/es das diversas *colunas*³, sendo 1 em São Lourenço da Mata (Pernambuco), com 9 participantes, e 1 em Feira de Santana (Bahia), com 15.

b) Participação direta da pesquisadora na preparação de 1 iniciativa popular (Festa de São João, em São Lourenço da Mata).

c) 14 sessões orientadas, especificamente, para algumas das *colunas* do MCP, com os seguintes números de participantes: São Lourenço da Mata - 10 associadas/os às *colunas da escola, sobrevivência coletiva, saúde, esporte, lazer, religião e infraestrutura*. Envolveu, ainda, 2 encontros com membros da *coordenação nacional*. Em Feira de Santana, com 11 participantes das *colunas da infraestrutura; sobrevivência coletiva; da União da Juventude Popular (UJP) - diretamente responsável pelas colunas do esporte, arte e lazer - e, igualmente, com 3 membros da coordenação nacional*. Na comunidade Chico Mendes (Rio de Janeiro), com 4 participantes das *colunas da escola e sobrevivência coletiva*.

O material empírico recolhido foi registrado por meio de audiovisual, gravação em áudio e diário de campo. Para efeito de análise, recorremos às transcrições e posterior recortes das falas, como procedimentos associados a esta fase.

A PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: TRAZENDO DE VOLTA OS SUJEITOS DE OUTRAS PEDAGOGIAS

Quando situamos o campo das Outras Pedagogias é imperativo referir os sujeitos históricos que se organizam em ações coletivas pela emancipação dos padrões de poder de dominação, que lhes sequestram saberes ancestrais, a terra, a água, a participação política, o trabalho e muito mais. Estes sujeitos são coletivos de trabalhadores/as, movimentos sociais, povos originários e grupos populares cujas lutas têm em comum “[a] mercantilização da educação e o submetimento da ciência, das instituições do conhecimento à lógica de reprodução do capital, e a redução das pedagogias à capacitação para a empregabilidade.” (ARROYO, 2014, p. 33).

É certo que toda a prática educativa requer a existência de sujeitos. Tal implica as suas escolhas, que vão desde a existência de objetos, conteúdos, métodos, técnicas e materiais. Envolve objetivos, sonhos, utopias e ideais. Por isso mesmo, esta é, indubitavelmente, política (FREIRE, 1996).

Assim sendo, a partir do campo das Outras Pedagogias, tentamos desocultar outras racionalidades político pedagógicas que *tragam de volta* estes sujeitos, que, fora dos espaços institucionais das escolas e universidades, contribuem com propostas pedagógicas sistematizadas que, por um lado, denunciem e recusem a lógica instrumental capitalista de reprodução do capital através da educação e, por outro, potenciem formas emancipatórias de construção de poderes e saberes pela pedagogia.

Deles/as é preciso conhecer: o(s) paradigma(s) que orientam os seus processos educativos; os princípios e valores que estão na sua base; o método e as metodologias que

3 Segundo Audo (2016), uma das lideranças do MCP, o termo *coluna* está relacionado à ideia de sustentação da casa, enquanto linguagem da construção civil, sendo esta, por sua vez, uma das atividades que integram a *coluna da sobrevivência coletiva*. 10 *colunas* edificam as *Comunidades Populares*, conforme explicamos na p.12 deste artigo.

utilizam; as suas formas de registro; o papel dos educadores, os conteúdos com os quais se formam, entre outras possíveis contribuições.

A Pedagogia da Autogestão (PA) se insere neste contexto. Segundo um estudo anterior, em que esta pedagogia foi caracterizada a partir de dois espaços interrelacionais de trabalho e educação (LEÃO, 2014), o paradigma da Educação Popular⁴ sustenta a sua conceção de educação, para além de confirmar o argumento de que a PA tem como marca central a autogestão da educação e do trabalho pelos sujeitos que implementam as suas práticas pedagógicas (NASCIMENTO, 2010).

Entre as suas principais características está a utilização de um método que consiste na *pesquisa* (tendo como fonte as suas experiências sociais, incluindo as de trabalho), *escuta-diálogo* (*método dialógico*) e *autoformação*, desenvolvido de maneira autónoma e coletiva pelos/as trabalhadores/as-educadores/as (aprendizagem de uns/umas com os/as outros/as), sem que recorram a facilitadores/as externos/as. A metodologia implementada a partir da dinâmica de formação de perguntas e temas geradores é outra marca da PA (LEÃO, 2014).

No intuito de perceber o que está em causa quando pretendemos conhecer se há poderes emancipatórios potenciados pela PA propomos, a seguir, uma reflexão sobre o conceito de *poder*, como mediador da compreensão do *Poder Popular*.

O ENIGMÁTICO SENTIDO DO PODER: PRESSUPOSTOS PARA COMPREENDER O PODER POPULAR

A compreensão do *poder* tem sido alvo do trabalho de diversos/as estudiosos/as, na tentativa de desvelar os seus sentidos e mecanismos, por vezes misteriosos e de difícil apreensão. Como ponto de partida, ressaltamos que as sociedades estão ancoradas em relações de poder (FOUCAULT, 1995). No seu entendimento, reduzir a compreensão de poder às instâncias do Estado e à perspetiva económica não dá conta nem do seu campo de atuação e nem de funcionamento, ou seja:

[...] Se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua complexidade e detalhe, não poderemos nos ater unicamente à análise dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a evitar [...] que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único, do poder de uma classe sobre outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais sutis, é muito mais ambíguo, porque cada um de nós é no fundo,

4 A Educação Popular é referenciada neste artigo a partir de uma base de entendimento considerada comum (MEJÍA, 2001), ou seja: *i*) a intencionalidade política de transformar a sociedade marcada pela injustiça, pelos desequilíbrios e pelas desigualdades, que movem educadoras/es a construir as formas de poder necessárias para lutar por mudanças; *ii*) como opção ética, esta constrói-se da sua práxis enquanto alternativa, enraizada em princípios de trabalho individual e coletivo, na solidariedade, generosidade, na construção da democracia integral, no rechaço ao poder excludente e opressor e, conseqüentemente, de não utilizar o ser humano como um meio para atingir os fins; *iii*) compreende que em toda a relação entre sujeitos o poder está presente, reproduzindo a dominação, evidente ou subterrânea, e a exclusão. Assim, procura-se desvelar as múltiplas dimensões do poder, como forma de opressão nos processos de conhecimento, bem como na vida social, de maneira a propiciar uma outra construção de poder; *iv*) confronta, ainda, a pretensão de verdades únicas, considerando que ali está presente o poder como forma de dominação, o que motiva o desenvolvimento de caminhos coletivos diversos, para o conhecimento e a transformação, incentivando a diferença, mas resistindo às desigualdades.

títular de um certo poder e, por isso, veicula o poder. O poder não tem por função única reproduzir as relações de produção. As redes da dominação e os circuitos de exploração se recobrem, se apoiam e interferem uns nos outros, mas não coincidem (FOUCAULT, 2015, p. 255).

Também as concepções formuladas pela direita e pela esquerda sobre o poder, num determinado período histórico, foram confrontadas pelo autor na mesma obra, construindo a ideia de que, pela direita, este era focalizado em termos de constituição, de soberania e, pelo marxismo, em termos de aparelho de Estado. Como este era exercido em detalhe, com sua especificidade, suas técnicas e táticas, não era objeto de preocupação. O poder no socialismo soviético era chamado pelos adversários de totalitarismo. No capitalismo ocidental, era denunciado pelos marxistas como dominação de classe.

Entretanto, mais do que chegar a um denominador comum, conceptual, que respondesse à indagação *o que é poder?*, FOUCAULT (2015, p.174) concentrou-se no seu entendimento enquanto prática social, incluindo as múltiplas formas do seu exercício na sociedade. Sendo assim, a questão de fundo deste estudioso seria:

[...] quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, os diversos mecanismos de poder que se exercem a níveis diferentes da sociedade, em domínios e com extensões tão variados? [...] a análise do poder ou dos poderes pode ser, de uma maneira ou de outra, deduzida da economia?

No seu trabalho, o autor procurou encontrar alternativas de análise que desvinculassem o poder da condição meramente econômica, assim como da repressão e da guerra. Este caminho levou a que diversos postulados⁵ fossem por ele descartados (DELEUZE, 2005).

Ao contrário das teorias clássicas, que conferem ao Estado um monopólio do poder, DINIZ e OLIVEIRA (2014) consideram que a perspectiva de Foucault descentraliza a análise para as periferias, orientada para os *micro-poderes*, para desvelar como estes se inserem em todas as estruturas sociais, de modo a perceber “a articulação das novas formas de poder” (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 143). Assim sendo, a concepção de poder disciplinar é parte fundamental do seu legado teórico, em que

[a] disciplina não é uma instituição, nem um aparelho de Estado. É uma técnica de poder que funciona como uma rede que vai atravessar todas as instituições e aparelhos de Estado. Este instrumento de poder que atua no corpo dos homens usará a punição e a vigilância como principais mecanismos para adestrar e docilizar o sujeito, pois é a partir deles que o homem se adequará às normas estabelecidas nas instituições como um processo de produção que, a partir de uma “tecnologia” disciplinar do corpo, construirá um sujeito com utilidade e docilidade (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, pp.149-150).

Desta forma, FOUCAULT (2010) defende a existência de um sujeito útil e dócil, para

5 Segundo DELEUZE (2005), diversos postulados abandonados por Foucault estão, de forma resumida, relacionados ao seguinte: i) de que o poder seria propriedade de uma classe que o teria conquistado; ii) o da localização, afirmado como poder de Estado; iii) o da subordinação, cujo poder do Estado estaria subordinado a um modo de produção, a exemplo de uma infra-estrutura; iv) o da essência ou do atributo, afirmando ambos como integrantes do poder, qualificando os que o possuem como *dominantes* e os que sofrem as consequências de seu exercício como *dominados*; v) o da modalidade, em que o poder atuaria por violência ou ideologia e vi) o da legalidade, em que o poder de Estado, como representante da classe dominante, se expressava na lei.

mostrar que se a dominação capitalista fosse assente exclusivamente na repressão, seria difícil mantê-la por muito tempo. Neste caso, a disciplina aparece como uma forma de organização do espaço. Com esta, surge uma arte do corpo humano que não está vocacionada apenas para a sujeição e o aumento das habilidades do sujeito, mas igualmente para uma relação permeada por mecanismos que o levam a ser tão mais obediente quanto mais útil for.

Entretanto, das contribuições vindas da América Latina e do Caribe, emerge o conceito de *colonialidade do poder*, que

amplia e corrige o conceito foucaultiano de “poder disciplinar”, ao mostrar que os dispositivos pan-óticos erigidos pelo Estado moderno inscrevem-se numa estrutura mais ampla, de caráter mundial, configurada pela relação colonial entre centros e periferias devido à expansão europeia (CASTRO-GOMEZ, 2005, p.83).

A colonialidade do poder introduz um olhar crítico e específico para a constituição de um determinado espaço-tempo, em que se estabelece um “padrão de poder de vocação mundial” (QUIJANO, 2005, p. 107), quando a América edifica-se como expressão primeira da identidade moderna. Segundo o autor, o seu alicerce “tem origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo, em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico.” (2005, p. 107).

Por sua vez, o poder hegemônico, em que assenta o projeto eurocêntrico da modernidade, tem na sua gênese “a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros.” (QUIJANO, 2005, p. 107). A ideia de raça, portanto, está presente nas relações de dominação por parte dos conquistadores, em cujas bases a população da América, e posteriormente do mundo, foram classificadas.

Associada à concepção de raça, está a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. É de salientar, que o trabalho passa a ser relacionado à ideia de raça, na medida em que a natureza dos papéis e os lugares das pessoas na então estrutura mundial de controle do trabalho interrelacionam-se e reforçam-se, apesar de não serem necessariamente dependentes uma da outra para existirem.

Desta forma, o controle do trabalho, sob o novo padrão de poder mundial, articula-se a partir da relação capital-trabalho assalariado, sendo colonial, em termos de constituição, na medida em que também associou o trabalho não remunerado às então raças colonizadas (índios, negros e mais tarde outras), na América e no resto do mundo, assim como o trabalho pago, assalariado, foi atribuído à raça colonizadora, os brancos. E tal foi determinante para

a distribuição geográfica de cada uma das formas integradas no capitalismo mundial. Em outras palavras, determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Isso o tornava dominante sobre todas elas e dava caráter capitalista ao conjunto de tal estrutura de controle do trabalho (QUIJANO, 2005, p. 110).

Neste sentido, cabe realçar que o projeto eurocêntrico-moderno tem sido alvo de profundas denúncias quanto à sua formação epistêmica, de caráter hegemônico e pretensamente

universal, cujos padrões de poder têm, igualmente, condicionado a diversidade de conhecimentos produzidos a uma ordem cultural global, colocando sob controle as diferentes subjetividades, culturas, histórias e experiências sociais.

Entretanto, se tal episteme tem se mantido tão potente, afirmado-se com veemência em tempos de globalização neoliberal, a pedagogia tem sido uma das responsáveis pela materialização da sua subjetividade (CASTRO-GOMÉZ, 2005)⁶:

[a] escola transforma-se num espaço de internamento onde se forma esse tipo de sujeito que os “ideais reguladores” da constituição estavam reclamando. O que se busca é introjetar uma disciplina na mente e no corpo que capacite a pessoa para ser “útil à pátria”. O comportamento da criança deverá ser regulamentado e vigiado, submetido à aquisição de conhecimentos, capacidades, hábitos, valores, modelos culturais e estilos de vida que lhe permitam assumir um papel “produtivo” na sociedade (CASTRO-GOMÉZ, 2005, p.82).

Sendo assim, se por um lado consideramos este argumento inegável, é verdade que outras correntes de pensamento e formas de conhecimento têm sido produzidas “a partir das margens, na defesa de formas ancestrais, alternativas, de conhecimento, expressão da resistência cultural, ou associadas às lutas políticas e/ou processos de mobilização popular.” (LANDER, 2007, p. 2).

E é por esta via que recuperamos, neste ponto, o desafio inicial deste artigo, em que admitimos que a Pedagogia da Autogestão pode significar um dos mecanismos impulsionadores de outros padrões cognitivos de poder-saber, a partir de contextos como o de movimentos sociais. É sobre tais possibilidades que convidamos à reflexão a seguir.

PEDAGOGIA DA AUTOGESTÃO: CONSTRUINDO O PODER POPULAR

O Movimento de Comunidades Populares (MCP), sujeito participante nesta pesquisa, é o resultado de um longo processo de mobilização popular, que passou por diferentes fases e foi referenciado de diversas maneiras: Juventude Agrária Católica (JAC), Movimento de Evangelização Rural (MER), Corrente de Trabalhadores Independentes (CTI), Movimento das Comissões de Luta (MCL) para, em 2001, assumir a sua estratégia e denominação atual.

Nesta etapa do artigo, procuramos revelar como o MCP constrói a sua prática político educativa - Pedagogia da Autogestão - assumindo que esta possui um corpo epistemológico e pedagógico para ser evidenciado. Simultaneamente, tentamos perceber o que este movimento social compreende por poder popular, mediado pela implementação da PA e materializado numa proposta de edificação de Comunidades Populares.

Sendo assim, procuramos investigar alguns aspetos que nos parecem centrais na experiência do MCP, relacionados com o diferencial epistemológico que fundamenta a existência de outras racionalidades (outras pedagogias) na sua proposta, assim como os elementos método,

6 Para sustentar o seu argumento, o autor recorre aos estudos da pesquisadora venezuelana Beatriz González Stephan, que focaliza os dispositivos disciplinares de poder no contexto latino-americano do século XIX, a partir dos quais foi possível a *invenção do outro*. Neste sentido, identifica três práticas disciplinares que contribuíram para forjar os cidadãos latino-americanos do século XIX: as constituições, os manuais de urbanidade e as gramáticas do idioma. Para mais informações consultar: González Stephan, Beatriz (1996). Economías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano. In González Stephan, B. (comp.) Cultura y Tercer Mundo. Nuevas identidades y ciudadanía. Caracas: Nueva Sociedad.

princípios orientadores, metodologia, construção dos sujeitos políticos, conteúdos pedagógicos e as formas de comunicação e registro.

Nos primeiros vinte anos (1969-1989) de organização, que deram origem à atual configuração do MCP, foram lançadas diversas publicações com o objetivo de realizar um balanço que desse conta das falhas e dificuldades, do resgate dos acertos do passado, das raízes ideológicas que permeiam a ação e da linha política a defender. *Ação Cultural* (1969) é referido como o primeiro documento a tratar a questão do *método* da organização. Já neste período, é possível não só identificar as suas diferentes influências como as desconstruções históricas de padrões cognitivos de poder-saber.

O que denominam por *Método* é configurado a partir de duas experiências: um curso ministrado pela equipe de Paulo Freire com a presença dos seus dirigentes, cujo objetivo era o de “desenvolver a consciência do trabalhador a partir das escolas de alfabetização de adultos.” (MOVIMENTO⁷, 1969, p. 1). A outra diz respeito a uma experiência nos bairros de uma cidade no sul do país, com a aplicação do *Método Linha de Massas*, elaborado por Mao Tse Tung.

Para além de tais influências explícitas, são avançadas reflexões acerca do exercício do poder, em que o fator dominação e a existência dos sujeitos *dominador* e *dominado*, atravessada por uma abordagem de classe, são aqui destacados:

[...] [O] que existe é um grupo dominado ou pólo dominado e um grupo dominador. Ou então, se quisermos, podemos também falar da existência de um pólo participante (dominador) e um pólo não participante (dominado). Não há participação porque há dominação. [...] Temos que considerar ainda os setores médio ou classe média. [...] Os setores médios são gente que veio do pólo dominado e que teve possibilidade de participar de alguma forma dos privilégios do pólo dominante. Isto se consegue através de um emprego público, do estudo, do apadrinhamento, etc. Os herodianos são um grupo da classe mais alta que vivem imitando a maneira de viver dos países ricos [...] (MOVIMENTO, 1969, p. 3).

Em seguida, são apontados os fatores históricos relacionados ao *como* se exerce a dominação, que explicitamos a seguir:

I) O primeiro remonta ao período da colonização, em que a contradição dominador/dominado aparece com a chegada dos conquistadores. Esta se expressa, de alguma forma, pela educação, que “[...] era exclusivamente para eles e ao povo se ensinavam certos ofícios manuais indispensáveis para o trabalho.” (MOVIMENTO, 1969, p. 4). II) A imposição de uma cultura europeia na América Latina, “ignorando e destruindo a cultura local, principalmente dos índios Maias e Astecas”. O que ocorre é uma invasão cultural, já que “[e]vangélizar era colonizar, exatamente porque se identificava o conquistador com o que era portador da civilização cristã” (1969, p. 4). III) Identifica novos mecanismos de dominação, exercidos “através dos meios de comunicação, dos bancos, da propriedade privada, dos instrumentos de produção, através da manutenção de uma determinada forma de acesso à cultura, etc.” (1969, p. 4). IV) Refere que a dominação é exercida quando não é permitida a participação no poder político. Entre os exemplos citados, estão a planificação dos países sem ouvir o povo e a ausência de uma rede de organizações populares que permita a participação popular no planejamento. Para tal, é preciso que o povo esteja organizado. V) A participação na

⁷ Utilizamos o termo *Movimento*, de forma genérica, para referenciar as fases anteriores da organização de base desta experiência, sem identificá-las em particular, considerando, entretanto, que foram basilares para a atual formação do MCP.

renda, pois quando há referência à renda *per capita* não se considera a distribuição da mesma. VI) No que diz respeito à cultura, esta aparece como forma sutil de manter a dominação. Quando se fala em democratizar a cultura é no sentido de que a do polo dominador deve-se “estender mecanicamente, transpor-se para o pólo dominado.” (1969, p. 4). Parte da ideia de que “o povo não é capaz de criar sua própria cultura.” (1969, p. 4) e, neste caso, o argumento de “democratizar a cultura” (1969, p. 4) pressupõe que o polo dominado não tem criatividade.

Tais referenciais de poder, expressos através da perspectiva dominante/dominado são, mais tarde, aprofundados em vários aspectos no documento *Como Construir o Poder dos Trabalhadores* (1988), em que são identificadas três formas de poder: o econômico, o político e o ideológico. Contudo, outras instituições associadas aos padrões de poder dominantes são também indicadas, como a igreja, a escola e os meios de comunicação. Segundo o Movimento, esta ideia contrasta com aquela concebida pela burguesia – associada aos padrões – de que os três poderes são aqueles contemplados na constituição, a partir do Estado: o executivo, o legislativo e o judiciário.

São estes poderes que sustentam a dominação por parte de uma minoria (patrões) que controla uma maioria (trabalhadores). Por sua vez, as formas de dominação são diversificadas e articuladas a partir de várias formas de intervenção – econômicas, políticas e ideológicas. Segundo a ótica apresentada, procuramos identificar quem são os atores envolvidos e de que forma o Movimento considera que estes exercem os respectivos poderes:

O poder econômico é exercido pelos *patrões* que são retratados como os donos das terras, das empresas de extração mineral, da agropecuária, das grandes indústrias de alimentação, de calçados, de têxteis, metalúrgicas, químicas, de indústrias de construção civil, eletroeletrônicas, do comércio (redes de lojas, supermercados, revendedoras, dos serviços bancários), transportes, escolas, hospitais, emissoras de tv e rádio, jornais, imobiliárias, etc.. A forma como exercem o poder é através da propriedade dos meios de produção, distribuição de mercadorias e serviços, do controle dos empregos, salários e preços. “[C]om isso juntam lucros e aumentam seu poder econômico” (MOVIMENTO, 1988, p.2). O Poder Político é conseguido por parte dos patrões através de formas de organização armada – Polícia, Exército, Marinha e Aeronáutica, já que

[...] para defender seu poder econômico a minoria (patrões), criou o seu poder político, ou seja, uma organização armada: Polícia, Exército, Marinha e Aeronáutica. Muitos trabalhadores pensam que a polícia foi criada para defender a população dos marginais, dos bandidos, dos traficantes. Na realidade, a principal função da polícia tem sido reprimir os trabalhadores que lutam nas fábricas, nos bairros e no campo. Nunca se viu a polícia defender a luta dos trabalhadores (MOVIMENTO, 1988, p.3).

Quanto ao poder ideológico, é explicado que

[p]ara garantir o poder econômico e político, os patrões desenvolvem o poder ideológico, ou seja, o poder das ideias. Nós sabemos que uma criança que nasce numa família de trabalhadores vai sentir os mesmos problemas que seus pais sentem. Mas se esta criança frequentasse uma igreja onde a catequese fosse baseada na Teologia da Libertação; se estudasse numa escola onde o método de alfabetização fosse o de Paulo Freire; se, ao invés de tv essa criança assistisse teatro infantil feito pelo sindicato ou associação de moradores [...] naturalmente essa criança cresceria pensando e agindo em defesa de sua classe.” (MOVIMENTO, 1988, p. 7)

A Igreja é outra instituição objeto de controle pelos mesmos, já que “através destas crenças, os trabalhadores são levados a crer que a causa dos nossos problemas não é a exploração dos patrões mas o pecado dos homens. Dizem também que a solução dos nossos problemas só virá depois da morte.” (MOVIMENTO, 1988, p. 7).

Os controle dos meios de comunicação – imprensa, rádio e tv – existe para transmitir suas ideias.

[...] Uma criança, filha de trabalhador, que recebe ideias burguesas na igreja, na escola e nos meios de comunicação social, quando crescer, vai pensar exatamente como os patrões. Procurará sair da miséria não através da luta coletiva junto com os seus colegas de trabalho e moradia, mas individualmente (MOVIMENTO, 1988, p. 8).

O sistema escolar é também controlado através do governo. “Na escola, os professores, enquanto ensinam, transmitem ideias que não correspondem com a realidade dos trabalhadores. As matérias são ensinadas do ponto de vista dos patrões.” (MOVIMENTO, 1988, p. 8).

Todavia, é possível construir poderes insurgentes a esta lógica e com outros sujeitos? Esta questão tem como resposta a construção do *Poder Popular*.

Desde a origem, o nosso movimento pratica e defende a construção do Poder Popular como estratégia para conquistar um Governo Popular de baixo para cima. O Poder Popular é a base, O Governo Popular é o meio. O objetivo é construir uma sociedade comunitária com economia coletiva, democracia participativa e a consciência comunitária (MCP, 2013, p. 3).

Por Poder Popular, os sujeitos que estão na base desta construção compreendem que este significa

[...] construir na prática e a partir do que vai surgindo no meio do povo. Não é vindo de cima pra baixo. É construir de baixo para cima (Silvia⁸, 2016).

[...] [É] a partir do nível do povo, do que o povo faz, do que o povo tá sentindo. Dos problemas que o povo está sentindo, a gente vai descobrir os problemas e as necessidades maiores do povo. Junto dessas necessidades maiores a gente vai sensibilizar, conscientizar e organizar o povo pra tomar consciência da sua necessidade, de que é preciso mudar essa realidade. [...] Então o poder popular é quando o povo domina a situação, ele toma pra si o que é seu de direito, né? Resgata a sua história, resgata a sua origem e que ele mesmo conduz o processo que é necessário mudar (Ceça, 2016).

O poder popular pra nós, do MCP, é quando um grupo de pessoas trabalham juntas e consegue fazer a gestão das suas vidas desde aprendizagem, produção, vendas, administração de recursos e que isso serve para as suas vidas ou para a sua sobrevivência e isso passa a ser uma gestão coletiva. Então isso é um aprendizado de um grupo de pessoas que tem um poder que lhe é diferenciado. É por que é diferenciado? Por que um outro grupo consegue vencer aquela base que foi criada durante esse período aí de aprendizagem e de produção e

8 Os nomes próprios (sem os sobrenomes) e os apelidos citados nas transcrições correspondem aos dos sujeitos que participaram na pesquisa, após a consulta prévia a todos/as as/os envolvidos/as.

de vida. Então é uma vida coletiva ligada onde termina sendo um poder. É um poder construído junto, organizado desde a produção, a venda, aos recursos, à sobrevivência. É um poder coletivo que independe dos poderes públicos, independe de organizações externas. É uma vida construída conjuntamente (Givaldo, 2016).

Para construir o Poder Popular foram admitidos como princípios orientadores a *democracia participativa* (impulsionada pelo Método Linha de Massas), a *independência política* e a *autonomia financeira*.

Por *democracia participativa*, consideram que o povo deve colaborar na formulação dos problemas, descobrir as suas causas e achar as saídas, tendo como base o diálogo para chegar ao consenso. Tais diálogos são contemplados em espaços específicos como congressos populares, assembleias, encontros e reuniões.

A *independência política* significa que “as comunidades e entidades devem participar no processo eleitoral com as suas próprias posições, ou seja, elaborar o seu plano de governo para apresentar aos candidatos e não ao contrário” (MCP, 2013, p. 3). No caso da *autonomia financeira*, a própria comunidade deve ter a condição de se autossustentar, que pode ser pela contribuição pessoal dos seus participantes, economia coletiva, campanhas de base e apoios dos aliados. Tal só pode ocorrer “se o povo sentir a comunidade como sua e não dos dirigentes” (MCP, 2013, p.3).

Como estratégia, foi elaborado o Plano Nacional de Lutas e Atividades - PNLA - (MCP, 2012) para construir o Poder Popular nas periferias das cidades e do campo, considerando, inicialmente, a edificação de 30 experiências em 10 estados, a serem implementadas num período de 10 anos.

Segundo informações da coordenação do MCP à pesquisadora (2016), até este período, as Comunidades Populares estão consolidadas em 10 estados do Brasil, sendo que noutros 4 existem experiências de aproximação ao movimento. Conta, ainda, com cerca de 13.000 participantes distribuídos em aproximadamente 50 comunidades aderentes.

A Comunidade Popular é o sujeito político de referência neste processo. Organizada a partir da edificação de 10 *colunas*, é esta a base do exercício do Poder Popular. Estas existem para atender às 10 necessidades identificadas como prioritárias pelo povo, a partir de um processo de consulta e decisão coletivas: 1. Sobrevivência⁹ (econômico/financeira); 2. Religião; 3. Família; 4. Saúde; 5. Moradia; 6. Escola; 7. Esporte; 8. Arte; 9. Lazer; 10. Infraestrutura (espaço para se organizar) (MCP, 2006, 2012, 2013).

A sua estratégia é inspirada nas experiências clássicas de construção do Poder Popular no Brasil, tendo em conta outras práticas comunitárias, como a criação da República Dos Guaranis, o Quilombo dos Palmares, Canudos, Caldeirão, Tromba e Formoso, as da classe operária em locais de trabalho e moradia (MCP, 2006).

Tal estratégia implica, ainda, a criação de uma *frente de massas* (MCP, 2006), organizada com os setores mais vulneráveis do povo. Esta inclui as diversas iniciativas coletivas conhecidas como Economia Solidária, que envolvem trabalhadores/as rurais e urbanos, para além das experiências dos povos originários (comunidades indígenas, quilombolas, entre outras), reconhecendo-os como outros sujeitos políticos parceiros nesta construção.

Se o objetivo é construir a Comunidade Popular como estratégia para o exercício do Poder Popular, o *Método* é “o jeito, a forma, a maneira de fazer as coisas.” (Movimento, 1988,

9 Segundo o MCP, a Sobrevivência Coletiva tem avançado com a criação de cinco ramos: Grupos de Produção Coletiva (GPC); Grupos de Investimentos Coletivos (GIC); Grupos de Trabalho Coletivo (GTC); Grupos de Compra e Venda Coletiva (GVC) e Grupos de Ação Coletiva (GAC). (MCP, 2006, 2012).

p. 15). A operacionalização do Método envolve quatro fases: Pesquisa > Arrumação > Devolução > Plano de Ação.

Penna (2016) observa que em todas as fontes disponíveis, seja de 1969, 1984 ou 2006, a forma de caracterizar as *fases do Método* se mantém de maneira praticamente inalterada. Segundo a mesma, o objetivo da etapa de *pesquisa* é obter a percepção do povo sobre os seus problemas, não em termos da realidade objetiva (concreta) – dados, números, estatísticas – mas desvelar o que pensa desta realidade/problema.

Esta é concretizada por quem vive na comunidade e pode ser feita por meio de conversas informais ou via mecanismos mais elaborados, como roteiros com perguntas, para ajudar a levantar os problemas. Principalmente a partir da década de 1990, essas perguntas, que já eram antes desenvolvidas de maneira mais casual, são teorizadas como as quatro perguntas-chave: i. quais são os nossos problemas? ii) Por que existem estes problemas? iii) O que já fizemos para os resolver? iv) O que vamos fazer?

O próximo passo é a *arrumação* do resultado da pesquisa, com o objetivo de devolver, de forma organizada, o que foi levantado a partir da pesquisa e, ainda, discutir propostas. A *devolução* pode ser feita de formas variadas (encontros, conversas, pichações, cartazes, cantos, poesia, teatro, panfletos, filmes, rádio, carro de som, TV, etc.).

Cumpridas estas etapas, é possível convocar as pessoas para a criação conjunta de um *plano de ação*, para fazer face aos problemas coletivos. Esta última fase pressupõe uma formalidade maior, com uma reunião em que o envolvimento e a participação da população demonstra que a devolução resultou e o povo legitima o processo. Sendo assim, é junto com o povo que se decide o que fazer.

O militante deve encaminhá-los [os problemas] para que discutam por que tem esses problemas, através de perguntas e nunca explicando ele mesmo, deixando que o próprio povo descubra o porquê das coisas. O dirigente da reunião coordena o grupo mas somente coordena, lembrando-se que na discussão dos problemas da comunidade e elaboração do plano de ação todos os membros do grupo são cabeça. O coordenador dá também a sua palavra mas depois que os outros falaram. Conduz a discussão para que o povo compreenda que os problemas são coletivos e não individuais. Isto leva o grupo a compreender a necessidade da união de toda a classe (Movimento, 1972, p. 21).

Em termos metodológicos, o processo de criação das *colunas* é facilitador da construção e articulação dos espaços que conferem uma materialidade ao projeto de Poder Popular. São constituídas por um grupo de, no mínimo, três pessoas (secretário/a, tesoureiro/a e articulador), com a missão de mobilizar o povo localmente e de forma permanente para solucionar aquela necessidade, visto que estas nunca se esgotam.

Cada coluna possui uma comissão de coordenação. Os/as representantes de cada uma compõem a coordenação da comunidade. As comunidades se articulam ao nível municipal, estadual, interestadual e nacional. As mobilizações podem ocorrer através de atividades, ação coletiva ou lutas reivindicatórias (MCP, 2006).

Por fim, as quatro perguntas-chave referidas anteriormente funcionam como ferramentas centrais desta metodologia.

Principalmente a partir da década de 1990, essas perguntas que já eram antes desenvolvidas de maneira mais “instintiva”, são teorizadas como as “Quatro perguntas-chave diagnósticas” e passam a ser generalizadas nas aplicações de pesquisas via roteiros. Apesar de variarem conforme a questão trabalhada,

podendo serem mais ou menos perguntas e diversas vezes focando em questões mais específicas (problemas já levantados em pesquisas anteriores), a ideia das perguntas-chaves é de fazer uma pesquisa que aponte para os problemas tal como eles são percebidos pelas pessoas com as quais busca-se realizar uma ação e que ao mesmo tempo identifique o que já se faz em torno da questão, bem como levantar propostas para dar solução e já encaminhar ações concretas (PENNA, 2016, p. 190).

CONCLUSÃO

A pesquisa evidencia a existência de uma prática pedagógica de autogestão, no contexto de movimentos sociais, cujo primeiro reconhecimento é o seu impulso à afirmação de sujeitos políticos que assumem como projeto a construção de uma frente de Poder Popular.

O que os sujeitos desta experiência interpretam como *Poder Popular* é que este está associado ao protagonismo das pessoas do povo. A noção de *povo* aparece vinculada aos trabalhadores/as do campo e das áreas urbanas, povos originários, entre outros em situação de vulnerabilidade, não somente econômica, mas de privação da participação política, controle coletivo dos meios de produção, da legitimação dos seus saberes, da sua cultura, das suas necessidades educativas, da criação de mecanismos institucionais no campo do direito, da defesa, da religião e dos meios de comunicação, que sejam representativos da sua visão de mundo e atual condição de classe.

Se, por um lado, o exercício do Poder Popular confere a estes sujeitos a capacidade de interpretação desta realidade de dominação e da sua denúncia, por outro pressupõe criar formas autônomas de experimentação de outros poderes e saberes emancipatórios, em relação àqueles padrões. Identificados os potenciais sujeitos do Poder Popular, as premissas para que este se confirme são de que a sua edificação seja de baixo para cima, a partir das necessidades destes sujeitos, do reconhecimento dos seus problemas, dos seus sentimentos, para transformar a realidade de dominação em vivência de autogestão e, assim, reorientar os rumos da sua história.

Tal como pronunciado no discurso de um dos membros do MCP, o Poder Popular ocorre na aprendizagem, produção, vendas, administração de recursos, mas tendo como aparato formas de gestão coletiva. É nesta via que a Pedagogia da Autogestão pode ser assumida como possibilidade de estimulação de várias formas de poder, o *Poder Popular*, entendido também a partir dos princípios de democracia participativa, autonomia financeira e independência política.

Nesta via, o corpo epistemológico, teórico e vivencial da Pedagogia da Autogestão apresenta uma interação evidente com a construção das chamadas Comunidades Populares, enquanto sujeito coletivo que se forma a partir do processo político pedagógico estimulado pelo método, metodologia, a escolha de conteúdos de formação específicos, tendo como base uma epistemologia marcada por uma concepção transformadora de Educação Popular. Foi esse corpo político pedagógico que propiciou o processo de pesquisa, arrumação (sistematização), devolução e, por fim, de elaboração do plano de ação coletiva que está na base da criação estratégica das *colunas*, como sustentáculo material e imaterial (de poder-saber cognitivos) do projeto das Comunidades Populares.

Sendo assim, acreditamos que a *Pedagogia da Autogestão*, enquanto facilitadora de processos de construção do *Poder Popular*, possibilita aos seus sujeitos políticos desafiarem a episteme eurocêntrica-moderna, cujo lugar reservado à sua produção de conhecimentos é o de inferioridade, subalternidade e descrédito. Este potencial, como forma de recusa a tais padrões

de poder cognitivos, disciplinares e metódicos de dominação, podem ocorrer a partir de pelo menos três movimentos:

O primeiro é a denúncia epistemológica explícita das formas de dominação, amparadas por justificações históricas, desde o período colonial à globalização neoliberal; de imposição e aniquilação cultural; de exclusão da maioria da população dos processos políticos decisórios/participação política; de concentração de renda por parte de uma minoria, das sutilezas dos diferentes mecanismos de controle que operam a lógica de manutenção da subalternidade, entre outros fatores.

É possível verificar que tal denúncia passa igualmente pela identificação dos sujeitos de dominação dos seus poderes-saberes (instituições empresariais, multinacionais, religiosas, policiais, militares, as instâncias educativas e os media, legitimados pelo Estado), incluindo as suas estratégias de controle para efetivar e manter a subordinação. Sendo assim, a colonialidade do poder e do saber é aqui confrontada sob a forma de denúncia, de recusa, mas não só...

O segundo movimento é o de emergência de novos padrões cognitivos de poderes e saberes, que a práxis educativa da Pedagogia da Autogestão potencia. A tentativa sistemática de epistemicídio é confrontada pelo Poder Popular como construção coletiva, solidária e transformadora. As diversas obras publicadas pelo movimento e, posteriormente, pelo MCP, para além das falas dos/as participantes na pesquisa, dão conta do *Poder Popular* como sustentáculo para as transformações políticas, econômicas, ideológicas, culturais, religiosas, entre outras. É a conceção de educação que ampara a pedagogia autogestionária é parte fundamental desta estratégia.

O terceiro é a expressão da *Pedagogia da Autogestão como propulsora do Poder Popular*, desta vez materializado numa vivência coletiva, do tipo comunitária, com objetivos e estratégias definidos (ao nível económico, político, ideológico, institucional, cultural, educativo, etc.). Esta relação aparece sob a forma de experiência organizativa descentralizada ao nível do espaço (existente em diversos estados brasileiros), em que a PA se apresenta como fator de conexão e integração desta práxis transformadora das relações de poder-saber, afirmando, assim, a sua contribuição fundamental para o campo das Outras Pedagogias.

REFERÊNCIA

ARROYO, M. G. **Pedagogias em Movimento - o que temos a aprender com os movimentos sociais?** Currículo sem Fronteiras, v. 3, n. 1, p. 28-49, 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/arroyo.pdf>.

_____. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, S. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO, 2005.

DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Braziliense, 2005.

DINIZ, F. R. A.; OLIVEIRA, A. A. de. Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. **Scientia**, v. 2, n. 3, p. 143-158, 2014. Disponível em:

<http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf>.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P.; DREYFUSS, H. (Ed.). **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Microfísica do poder**. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONZÁLEZ STEPHAN, B. Economías fundacionales. Diseño del cuerpo ciudadano. In: GONZÁLEZ STEPHAN, B. (comp.) **Cultura y Tercer Mundo. Nuevas identidades y ciudadanías**. Caracas: Nueva Sociedad, 1996.

LANDER, E. Marxismo, eurocentrismo e colonialismo. In: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZALEZ, S. (Ed.). **A teoria marxista hoje. Problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO, 2007. p. 1-32.

LEÃO, C. V. M. **Educação popular: ausências e emergências dos novos conhecimentos e sujeitos políticos da economia solidária**. 2014. 850f. Tese. (Doutorado em Sociologia Económica e das Organizações) ISEG/Universidade de Lisboa. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/7554>>.

MEJÍA, J. M. R. Pedagogía en la educación popular - Reconstruyendo una opción político-pedagógica en la globalización. In: **32º Congreso e Fe y Alegria**, Antigua. Anais... Antigua: Federación Internacional Fe y Alegría, 2001. Disponível em: <<http://www.fevalegria.org/es/biblioteca/educacion-popular>>.

MOVIMENTO. **Ação Cultural**, 1969.

_____. **Experiências e Orientações Concretas de Trabalho com o Povo**, 1972.

_____. **Como Construir o Poder dos Trabalhadores**. Porto Alegre: Centro de Assessoria Sindical e Educação Popular (CASEP), 1988.

MOVIMENTO DE COMUNIDADES POPULARES [MCP]. **Quem somos. De onde viemos. Para onde vamos!** Feira de Santana/Jornal Voz das Comunidades (JVC), 2006.

_____. **PNLA - Plano Nacional de Lutas e Atividades**. Feira de Santana: MCP, 2012.

_____. **Comunidades Populares, uma nova forma de criar o Poder Popular**. Feira de Santana: Jornal Voz das Comunidades (JVC), 2013.

NASCIMENTO, C. **Paixões pedagógicas**. Porto Alegre, 2010.

PENNA, M. A. “**À procura da comunidade perdida**”: histórias e memórias do movimento de comunidades populares. 2016. 350f. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1842.pdf>>

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Ed.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Colección Sur-Sur CLACSO, 2005. p. 107-130.

Submetido em: Maio de 2018

Aprovado em: Outubro de 2018